

REFLEXÕES SOBRE AS *RES GESTAE DIVI AUGUSTI*

Rafael Guimarães Tavares da Silva¹

Resumo

As palavras das *Res Gestae Divi Augusti* — expressão latina que poderia ser traduzida para o português como *As façanhas realizadas pelo divino Augusto* — oferecem testemunho de um momento fundamental para quem se interessa pela Antiguidade Greco-Romana, qual seja, a transição de regime político entre a República e o Principado, sob a atuação de Otávio (depois aclamado como Augusto). Com o objetivo de avançar reflexões atualizadas sobre esse texto e sua importância histórica, pretendemos analisar seu contexto de composição, seu gênero discursivo, sua autoria, sua formulação e seu estilo, assim como alguns momentos de sua recepção (tanto na Antiguidade quanto em outros contextos históricos). Revisitaremos a bibliografia especializada no assunto a fim de propor uma interpretação geral que destaque alguns dos sentidos desse documento para estudiosos da cultura greco-romana ainda hoje.

Palavras-chave

Otávio; Augusto; *Res Gestae Divi Augusti*; República; Principado; Império Romano.

¹ Professor Doutor – Universidade Estadual do Ceará, Aracati, Brasil. E-mail: gtsilva.rafa@gmail.com.

Abstract

The words of the *Res Gestae Divi Augusti* (The Deeds of The Divine Augustus) offer testimony to a fundamental moment for those interested in Greco-Roman Antiquity, that is, the transition of political regime between the Republic and the Principate, under the action of Octavius (later acclaimed as Augustus). In order to advance current reflections on this text and its historical importance, we intend to analyze its context of composition, its discursive genre, its authorship, its formulation, and its style, as well as some moments of its reception (both in Antiquity and in other historical contexts). We will revisit the specialized bibliography on the subject to propose a general interpretation that highlights some of the meanings of this document for scholars of Greco-Roman culture nowadays.

Keywords

Octavius; Augustus; *Res Gestae Divi Augusti*; Republic; Principate; Roman Empire.

O texto que chega aos dias de hoje sob o título de *Res Gestae Divi Augusti*, ou seja, *As façanhas realizadas pelo divino Augusto*, é um documento histórico fundamental para a compreensão de Roma, sobretudo no período de transição entre a República e o Principado (às vezes, chamado de Império). Com o objetivo de avançar uma análise crítica contundente desse material, propomos seguir aqui um modelo hermenêutico de base filológica que considera alguns de seus aspectos mais significativos: primeiramente, o contexto histórico em que é escrito; em seguida, a tradição discursiva em que se insere; sua autoria; sua estrutura e seu estilo a partir de formulação textual; sua recepção imediata e posterior. Todos esses aspectos têm interesse para uma interpretação relevante do documento e de seu valor histórico, devendo ser integrados numa compreensão profunda do que acontece entre os anos finais da República e os desdobramentos da morte de Augusto.

Para situar o contexto de escrita e publicação desse documento, uma fonte fundamental é Suetônio, especialmente em seu escrito dedicado à vida de Augusto. Como se sabe, praticamente não existem testemunhos historiográficos supérstites que tratem contemporaneamente das ações de Augusto (o que talvez não seja casual, quando se considera o zelo do *Princeps* na construção da própria imagem pública), e o trabalho de poetas do círculo de Mecenas — como Horácio, Virgílio, Propércio e outros — precisa ser explorado com muita cautela para que seja possível extrair daí informações históricas confiáveis. Suetônio, por outro lado, apesar de não ser contemporâneo dos fatos narrados, tem acesso a documentos imperiais ainda preservados cerca de um século depois (como atesta sua referência a cartas escritas de próprio punho por Augusto, *Vida de Augusto* 87), na medida em que exerce funções de confiança nas cortes de Trajano e Adriano.

O final da biografia de Augusto que Suetônio escreve conta com um longo parágrafo em que, na sequência imediata das cerimônias fúnebres em sua homenagem (incluindo a cremação de seu corpo, a deposição de suas cinzas em um mausoléu especialmente construído para si e sua família, além da alusão a um ex-pretor que vê seu espírito subir ao céu), há uma descrição dos documentos legados por ele e tornados públicos após seu funeral.

Seu testamento, elaborado por ele próprio em dois livros durante o consulado de L. Planco e C. Sílio, no terceiro dia antes das nonas de abril e quatro meses antes de sua morte, foi escrito parte de seu próprio punho e parte pelos libertos Políbio e Hilarião. As virgens vestais, que o guardavam, apresentaram-no junto com três volumes identicamente lacrados. Todos eles foram abertos e lidos no Senado.

(Suetônio, *Vida de Augusto* 101, trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos).

Na sequência, depois de descrever sua herança para Tibério, Lúvia, Druso e Germânico (incluindo os três filhos deste último), além de suas liberalidades e dádivas para o povo romano, Suetônio conclui sua narrativa com as seguintes informações:

Quanto aos três outros volumes: em um, registrou as ordens para o seu enterro; em outro, a relação de seus feitos, que gostaria de ver registrados em placas de bronze afixadas junto a seu mausoléu; finalmente, no terceiro, os dados de todo o Império, ou seja, informações como o número de soldados alistados em todos os lugares, a quantidade de dinheiro do erário e dos fundos restantes dos impostos. Acrescentou também os nomes de libertos e escravos de quem se poderia exigir a prestação de contas. (Suetônio, *Vida de Augusto* 101, trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos).

Assim sendo, uma das últimas vontades expressadas por Augusto em testamento, tal como indica a leitura pública desses documentos no Senado, consiste na construção de um monumento em sua memória, com o registro de suas façanhas em placas de bronze, dispostas publicamente em seu mausoléu. Isso é extremamente significativo. Augusto é um governante consciente do papel que a opinião pública desempenha na configuração da *auctoritas* necessária ao desempenho de cargos e funções na sociedade romana e, tendo testemunhado na juventude o grau de violência e desordem provocado por guerras civis em disputa pelo poder, ele chega ao fim da vida com a preocupação de assegurar para o futuro a estabilidade construída em volta de si mesmo.

Em estudo dedicado à representação de Augusto, a partir das noções de “imagem” e “poder”, Paulo Martins (2011) afirma o seguinte sobre a solução única que o *Princeps* encontra para o impasse constitucional em que Roma se encontra nos estertores do período republicano:

[A] solução mais apropriada foi a construção de um tipo de governo cujo fundamento residia na liderança de poderes morais em conformidade com a *auctoritas* de caráter pessoal, somados ao poder tribúncio que propiciava a Otávio o *ius auxilii*. Nesse sentido, o novo governante fundava seu poder além deste último: a) na própria pessoa, b) em seu prestígio (*dignitas*), c) em sua sabedoria, d) em sua aura divina, e) em seu carisma, constituído tanto no passado glorioso como na autoridade presente. Destarte, em favor da *auctoritas* confluem as antigas tradições que não estão codificadas nas instituições, mas sobrevivem nas consciências e, justamente por isso, não são menos importantes que a lei. (Martins, 2011: 74).

A excepcionalidade da posição em que Augusto se encontra no final de sua vida, no ano 14 EC, talvez ajude a explicar a excepcionalidade do texto que

chega até nós sob o título de *Res Gestae Divi Augusti*. Ainda que sua elaboração possa ter levado em conta registros realizados ao longo de diferentes momentos de sua existência atribulada, sua redação final certamente é revista de forma escrupulosa pelo próprio Augusto em seus últimos meses de vida e deve ser encarada como uma declaração final de suas próprias ações e de seu significado para a continuação da vida pública romana. Nesse sentido, talvez seja inútil tentar estabelecer o gênero discursivo a que pertence esse texto de Augusto, como fizeram, por exemplo: T. Mommsen, ao considerá-lo um *Rechenschaftsbericht*, ou seja, um relatório justificatório; J. Bergmann e R. Bormann, ao interpretá-lo como uma inscrição fúnebre associada ao mausoléu; J. Gagé, ao propor que seria um dos elogios monumentais romanos em 1ª pessoa; U. von Wilamowitz-Moellendorff e W. Weber, ao compreendê-lo como uma inscrição biográfica preparatória de sua própria apoteose. Uma abordagem mais contundente para a compreensão do que se encontra em jogo no texto de Augusto é aquela que se abre para sua intertextualidade, valorizando paralelos e diferenças com relação a outros materiais de uma tradição biográfica (ou autobiográfica), enquanto leva em conta as especificidades da posição única de Augusto na história da política romana:

As *Res Gestae* não apenas glorificam os altos feitos e liberalidades do príncipe que sentia a morte se aproximando ou que acabava de morrer. Ainda que nunca nomeiem os poderes e os atos decisivos do nascimento do regime augustano, apresentam, todavia, uma constituição geral do principado, dada sob a forma de relato autobiográfico, na qual Augusto tenta, valendo-se de sua suprema *auctoritas*, impor a seus sucessores e aos romanos de modo geral um modelo de regime político capaz de sobreviver à sua morte sem recair nos conflitos políticos que dilaceraram Roma durante um século. As *Res Gestae* são um balanço político com alcance constitucional, que A. Heuss chega a descrever, no que diz respeito aos capítulos relativos às províncias, como uma teoria do Império Romano. (Scheid, 2007: LIII).

Essa é a visão apresentada por John Scheid — autor da mais recente edição crítica desse texto, publicada em 2007 pela coleção Les Belles Lettres —, numa seção especialmente dedicada a refletir sobre a tradição discursiva em que se insere. A própria publicação das palavras de Augusto em placas de bronze, colocadas numa posição pública destacada (em monumento especialmente consagrado à memória de seus feitos e sua família), dá a entender o jogo desse texto entre as esferas pública e privada, na medida em que se trata de um monumento visual (público) construído a partir de um documento escrito, de teor biográfico (privado).²

² Acerca dessa questão, cumpre ter em vista o seguinte: “Agem em Roma dois tipos de memória coletiva, a primeira vinculada às imagens (*repraesentationes*), ao não escrito, e outra ligada à escrita. Enquanto a primeira tem como suporte o monumento, a segunda *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.

Um problema conexo a esse do gênero discursivo das *Res Gestae*, mas ainda mais fundamental em termos de história e estabelecimento do texto, é relativo a seu processo de transmissão. Na introdução de sua edição, Scheid esclarece que não se conhece uma tradição manuscrita em papiro ou pergaminho desse texto e que nosso conhecimento depende exclusivamente de cópias feitas das inscrições romanas originalmente gravadas em placas de bronze. Nem mesmo as inscrições originais chegaram aos dias de hoje. Devido ao valor e à utilidade prática do bronze, é lícito especular que em algum momento especialmente crítico da história romana essas placas tenham sido derretidas e se perderam (Gordon, 1968: 128). Contudo, uma cópia dessas inscrições em pedra foi descoberta no século XVI em Ancara, no interior do templo de Augusto e Roma, na companhia de uma tradução do texto latino para o grego (*monumentum Ancyranum*). No início do século XX, fragmentos de outras cópias do mesmo texto foram encontrados em Antioquia da Pisídia (*monumentum Antiocheum*) e em Apolônia da Pisídia (*monumentum Apolloniense*). É curioso que todas as cópias supérstites desse documento tenham sido encontradas na província romana da Galácia, na Ásia Menor, e as opiniões dos estudiosos se dividem sobre os motivos para isso: alguns apontam os acasos da transmissão textual como responsáveis pela coincidência; outros sugerem que a localização remota dessa província pode ter protegido as inscrições das reviravoltas políticas dos séculos seguintes; alguns aventam uma possível conexão entre Augusto e essa província; e há ainda quem imagine um possível interesse do governador da Galácia em promover o culto da figura imperial (Gordon, 1968: 129-30).

Independentemente de como se queira explicar essa coincidência, o conhecimento atual do texto de Augusto depende de inscrições encontradas na região da Galácia e precisa levar em conta o fato de que uma tradução para o grego a acompanhava. Existem divergências mínimas entre os testemunhos textuais latinos — devido principalmente à prática da cópia a partir do ditado oral (o que abre a possibilidade para diferenças ortográficas) —, mas o texto original das *Res Gestae* é considerado inteiramente conhecido. Assim sendo, podemos avançar reflexões preliminares sobre seu conteúdo e interpretação, deixando para considerar depois as especificidades da tradução grega. O contexto em que essa tradução foi elaborada e certos detalhes de sua formulação nos permitirão compreender aspectos do processo de circulação e recepção desse material

institui o documento. Enquanto a primeira celebra um acontecimento memorável, a segunda funciona como depósito de informações. Isso sem falar na intersecção de ambas, que transforma essa sociedade num ‘arquivo de pedra’, pois se tem na epigrafia a associação entre os dois procedimentos.” (Martins, 2011: 153).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.

DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

para além de Roma (que certamente constitui o público mais imediatamente visado por Augusto e seu escrito).

As *Res Gestae* têm uma estrutura tripartite básica, coroada com uma síntese final. Augusto começa por expor nos 14 capítulos iniciais os acontecimentos políticos ou militares, antes de passar às despesas [*impensae*], que ocupam os capítulos 15 a 24. Em seguida, o texto retorna, entre os capítulos 25 e 33, aos acontecimentos militares, políticos e diplomáticos, ou seja, às *Res Gestae* propriamente ditas. Depois, termina com dois capítulos que evocam novamente o fim das guerras civis e a obtenção de certas honrarias. Há ainda um apêndice suplementar com outras obras e despesas realizadas em favor das províncias (mas esse trecho é certamente um acréscimo posterior ao texto de Augusto). Seu estilo é direto, com frases curtas e coordenadas, verbos conjugados em 1ª pessoa (enunciados da perspectiva de Augusto) e poucas referências a nomes de cidadãos romanos (à exceção dos cônsules anuais, que funcionam como marcadores temporais). Por outro lado, muitas são as referências geográficas a diferentes partes do Império, com suas populações submetidas ao poder romano.

Para que se tenha uma ideia do estilo adotado na elaboração desse texto, vejamos seu parágrafo inicial:³

I- Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restituí à liberdade a República oprimida pelo domínio de uma facção. Por isso, o Senado admitiu-me à sua ordem com decretos honoríficos, ao mesmo tempo cedendo-me, no consulado de C. Pansa e A. Hircio, a prerrogativa de sentenciar, a mesma dos cônsules, e entregou-me o poder. Ordenou ainda que, sendo eu pró-pretor, juntamente com os cônsules providenciasse para que a República não sofresse qualquer desgaste. O povo, no mesmo ano, fez-me cônsul, já que os dois cônsules haviam tombado numa guerra. Fez-me também triúmviro com a incumbência de que a República houvesse de se consolidar. (Augusto, *Res Gestae* 1, trad. Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende).

Augusto começa por aqueles eventos que marcam sua abrupta entrada na vida pública romana. Jovem demais para já ter ocupado cargos públicos antes disso, Otávio é obrigado a agir por conta própria aos 19 anos de idade, quando Júlio César é assassinado, deixando-o como seu herdeiro,

³ Antes das primeiras palavras de Augusto, em 1ª pessoa, há uma espécie de síntese introdutória que anuncia o seguinte: “Abaixo uma cópia dos feitos do Divino Augusto, pelos quais submeteu o mundo ao poder do povo romano, e dos gastos que fez pela República e pelo povo romano, registrados em dois pilares de bronze postos em Roma.” – Trata-se, sem dúvida, de um acréscimo elucidativo posterior, na medida em que a frase fala de Augusto na 3ª pessoa e se refere a ele como “Divino Augusto”, algo que ele próprio jamais ousou fazer.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.

DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

enquanto a República sofre as ameaças do que ele chama de “uma facção”. Essa ação, apesar de intempestiva, é reconhecida legalmente pelo Senado, que lhe outorga prerrogativas para assegurar a ordem. Esse reconhecimento é posteriormente sancionado pelo próprio povo, que o escolhe como cônsul e um dos triúnviros.

Essas palavras são eloquentes tanto pelo que explicitam quanto pelo que silenciam. Na referência inicial à sua reação beligerante contra os inimigos da República, há uma alusão à coragem do jovem Otávio, ou seja, ao valor romano tradicional da *virtus*. Embora as circunstâncias tenham exigido uma autonomia pouco convencional, a iniciativa de Otávio recebe o respaldo institucional necessário para que suas ações não incorram em qualquer tipo de inclemência, impiedade ou injustiça. Os parágrafos seguintes, como veremos logo mais, explicitam justamente os valores tradicionais da *clementia*, da *pietas* e da *iustitia*. Contudo, antes disso, é preciso destacar que Augusto evita mencionar o nome tanto dos participantes da tal “facção” quanto dos outros triúnviros. Essa é uma estratégia recorrente ao longo das *Res Gestae*, que operam uma espécie de *damnatio memoriae*: com o objetivo de relegar o nome de adversários ao esquecimento, não há menção nominal a Bruto ou Cássio (conspiradores contra Júlio César), nem a Marco Antônio ou Lépido (participantes do Segundo Triunvirato, que viriam a disputar no futuro o poder contra Otávio).

Vejamos como Augusto escolhe representar suas próximas ações na defesa da ordem social romana:

II- Por demandas legais expulsei para o exílio, tendo punido seu crime, os que haviam matado o meu pai e, em seguida, venci-os duas vezes em combate ao declararem guerra à República.

III- Muitas vezes fiz guerras, civis e externas, na terra e no mar por todo o mundo, e, vencedor, poupei todos os cidadãos que pediam clemência. Preferi conservar a destruir os povos estrangeiros a que se pôde, com a devida segurança, perdoar. Cerca de quinhentos mil cidadãos romanos prestaram-me o juramento militar. Desses, mandei às colônias ou reenviei para seus municípios, ao final da carreira, algo mais do que trezentos mil, e a todos eles distribuí terras ou dei dinheiro como paga pelos serviços. Além disso, capturei seiscentos navios, não contadas aquelas embarcações menores do que as trirremes.

IV- Triunfei duas vezes em ovação, celebrei três triunfos curuis e fui chamado de comandante vinte e uma vezes, votando-me o Senado mais triunfos, que, sem exceção, recusei. Depositei no Capitólio o louro dos fasces, em cumprimento dos votos que solenemente eu havia feito para cada guerra. Em razão dos atos de que me incumbi e que, meus ou de meus embaixadores, tiveram sucesso na terra ou no mar, o Senado determinou por cinquenta e cinco vezes que se deviam oferecer sacrifícios aos deuses imortais. Mas foram oitocentos e noventa os dias em que, por decreto do Senado, de fato, se realizaram cerimoniais de agradecimento

público. Em meus triunfos, foram levados à frente de meu próprio carro nove reis ou filhos de reis. Até o dia em que havia escrito estas linhas, eu fora cônsul treze vezes e estava investido da autoridade tribunicia havia trinta e sete anos. (Augusto, *Res Gestae* 2-4, trad. Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende).

Quando persegue os assassinos do próprio pai e executa sua pena, Otávio demonstra *iustitia*; quando poupa os inimigos vencidos e reduzidos à submissão, Otávio demonstra *clementia*; quando realiza sacrifícios aos deuses imortais e observa a justa medida na celebração de seus triunfos, ele demonstra *pietas*. Cumpre destacar esses valores tradicionais romanos porque, na linha do que propõe a interpretação de E. Kornemann (1918: 214), uma estrutura axiológica fundamental organiza a disposição das primeiras ações de Otávio, tal como relatadas por Augusto. Em estudo posterior, E. Ramage (1987: 74-100) sugeriu que essa estrutura axiológica está na base da disposição de todo o texto das *Res Gestae*: as referências a suas vitórias em batalha, inclusive contra povos estrangeiros de regiões distantes, destacariam sua *virtus*; as alusões a um comportamento temperante frente aos adversários reforçariam sua *clementia*; as menções contínuas à aprovação do Senado e do povo, assim como ao desempenho de funções públicas, indicariam sua *iustitia*; e as várias sugestões de benfeitorias realizadas em prol dos ritos religiosos e dos costumes antigos [*mos maiorum*] constituiriam sua *pietas*. Augusto afirma respeitar a tal ponto os valores tradicionais da sociedade romana que parece justificar assim o título recebido, no ano 2 AEC, de *Pater Patriae* [o pai da pátria] (Scheid, 2007: XL-XLIII).⁴

Para corroborar a ideia de que essa estrutura axiológica fundamenta, pelo menos em parte, as opções de Augusto na disposição narrativa de suas próprias façanhas, vale a pena considerar os dois parágrafos finais de seu texto:

XXXIV- Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a República de meu poder para o arbítrio do Senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de ‘Augusto’ por decreto do Senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o Senado e o povo romano o davam a mim pelo valor [*uirtus*], pela clemência [*clementia*], pela justiça [*iustitia*] e pelo senso do dever [*pietas*].

XXXV- Desempenhando o consulado pela décima terceira vez, o Senado, a ordem equestre e todo o povo romano chamaram-me de “Pai da pátria” e determinaram que isso devia ser inscrito no vestibulo de minha casa, na cúria Júlia e no foro Augusto, sob as quadrigas que me foram estabelecidas por decreto do Senado.

⁴ Para apontamentos de ordem lexical acerca desses valores, ver: Prado, 2011: 16-21.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.

DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

Ao escrever essas linhas, eu tinha setenta e seis anos. (Augusto, *Res Gestae* 34-5, trad. Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende).

Ainda que os eventos dos anos de 27 e 26 AEC sejam narrados de forma extremamente vaga, é possível compreender que — após considerar segura a situação da República — Otávio teria abdicado dos poderes excepcionais que até então detivera, devolvendo-os para o Senado e o povo romano. Por seu gesto valoroso, ele teria sido honrado com o nome de Augusto, que sugere não apenas um poder de *augur* (como intérprete competente de presságios), mas sim a manifestação do próprio prodígio, ou seja, como aquele que age sob augúrios favoráveis (Ernout; Meillet, 1998: 56-7). Alguns intérpretes entendem a alegação como uma versão deturpada dos fatos, com o objetivo de propaganda política. Sem entrar em detalhes dessa discussão, cumpre mencionar um artigo de W. Turpin (1994) em que ele defende a possibilidade de que Otávio realmente tenha agido assim, mantendo seu poder nos anos seguintes com base em sua *auctoritas* para acumular cargos e ser indicado para outros num revezamento não tradicional dos cargos públicos, mas, ainda assim, legítimo. Para o que nos interessa aqui, o importante é que Otávio recebe inúmeros prêmios de distinção pública por seus serviços para a República (pouco importando determinar se eles são genuinamente oferecidos pelos demais cidadãos ou não), dentre os quais o “escudo dourado” [*clipeus aureus*], colocado numa posição de destaque na cúria Júlia (edifício onde se reúne o Senado). Uma réplica em mármore desse escudo foi descoberta em meados do século XX na cidade de Arles e suas inscrições afirmam o seguinte, conforme a tradução de Paulo Martins (2011: 177):

O SENADO E O POVO ROMANO DERAM A AUGUSTO
CÉSAR, FILHO DO DIVINO, VIII CÔNSUL, O ESCUDO DE
VIRTUDE, CLEMÊNCIA, JUSTIÇA E PIEDADE
COM RESPEITO AOS DEUSES E À PÁTRIA⁵

Os quatro valores explicitamente destacados pelo Senado do comportamento de Augusto são *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*, reforçando com essa referência final sugestões presentes desde o início do texto. A construção de sua imagem como a de um líder corajoso, clemente, justo e respeitoso das tradições vem corroborada por seus sucessos em pacificar as disputas internas e consolidar conquistas territoriais externas, demonstrando constantemente uma atitude de cuidado perante os desígnios divinos em suas benfeitorias para o povo romano. Isso projeta Augusto como um governante singular em toda a história, destacando sua

⁵ No original: “SENATVS POPVLVSQVE ROMANVS IMP * CAESARI * DIVI F * AVGVSTO COS VIII DEDIT CLIPEVM VIRTVTIS CLEMENTIAE IVSTITIAE PIETATIS ERGA DEOS PATRIAMQVE.”

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.

DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

excepcionalidade quase divina com alusões indiretas a façanhas que nem mesmo Alexandre Magno foi capaz de executar e que só seriam comparáveis àquelas de Hércules ou Dioniso. Tudo isso prepara o terreno para as discussões pouco posteriores sobre a apoteose de Augusto, na linha do que já tinha sido prefigurado por Virgílio em três passagens proféticas da *Eneida* (1.254-296; 6.777-800; 8.671-731) (Martins, 2011: 162-78).⁶

Para exemplificar as estratégias retóricas usadas ao longo do texto das *Res Gestae*, aproveitando para tecer algumas considerações sobre sua tradução para o grego, seria possível pegar algum de seus capítulos intermediários e analisá-lo. Por exemplo, o parágrafo 20, que faz parte de seu catálogo de gastos empreendidos em prol dos romanos (trad. nossa):

20. 1. Restaurei o Capitólio e o teatro de Pompeu, ambas as obras com um grande gasto, sem nenhuma inscrição em meu nome. 2. Restaurei os canais dos aquedutos, arruinados em vários locais por causa de sua antiguidade, e dupliquei o aqueduto chamado de Márcia ao desviar para seu curso uma nova fonte. 3. Finalizei o Fórum Júlio e a basílica entre o templo de Cástor e o templo de Saturno, obras começadas e quase terminadas por meu pai; quando essa mesma basílica foi consumida por um incêndio, comecei a reconstruí-la num terreno ampliado, sob o nome de meus filhos, e ordenei que, se eu não a finalizasse em vida, ela fosse finalizada por um de meus herdeiros. 4. Em meu sexto consulado, restaurei oitenta e dois templos dos deuses na cidade, com base na autoridade do Senado, sem negligenciar nenhum que devesse ser restaurado nesse tempo. 5. Em meu sétimo consulado, restaurei a Via Flamínia da Cidade até Arímínio, além de todas as pontes (à exceção da Múlvia e da Minúcia).

Temos aí a apresentação de um homem público magnânimo, interessado em engrandecer a própria cidade com benfeitorias importantes a edifícios públicos (como o Capitólio, o teatro de Pompeu e a basílica próxima ao Fórum Júlio), além de obras para melhorar a vida de seus concidadãos (especialmente dos mais humildes), reparando aquedutos, estradas e pontes. Sua devoção aos deuses faz com que após o período de grave descaso com as tradições religiosas (durante as guerras civis), intensos trabalhos de restauração sejam empreendidos e garantam o favor dos deuses. Augusto faz questão de sugerir que executou tudo isso e, ainda assim, evitou inscrever o próprio nome nessas obras (provavelmente para não incorrer em algum tipo de vanglória). A representação elaborada nesse parágrafo condiz com aquela que se depreende dos trechos mais retoricamente carregados da abertura e do encerramento do texto.

Essa mesma passagem no texto grego apresenta ligeiros desvios, quase insignificantes, na referência ao templo dos Dióscuros (e não

⁶ Sobre a ideia de que as *Res Gestae* deliberadamente flertam com a apresentação de uma imagem divinizada de Augusto, segundo os modelos helenísticos, ver Bosworth (1999). *Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.
DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

especificamente ao de Cástor, como no original), na explicitação da cidade de Roma (em vez da referência apenas à *Urbs*) e na supressão dos nomes próprios das únicas duas pontes que prescindiam de reparação. Esse tipo de desvio levou alguns estudiosos a defender que a tradução grega das *Res Gestae* teria sido realizada por secretários do legado ou da província da Galácia (Scheid, 2007: XXX), na medida em que esses descuidos seriam incompatíveis com o rigor dos secretários imperiais. A princípio, uma lista exaustiva contendo todas as mudanças textuais, organizadas segundo seus tipos (omissões, traduções livres e expressões incompreendidas), poderia dar a impressão de corroborar essa conclusão.⁷

Ainda assim, vale a pena considerar a proposta defendida por D. B. King, em artigo de 1952, no qual uma análise pormenorizada dos “desvios” estabelecidos pelo texto grego mostra a existência de um padrão: o tradutor sistematicamente extrapola os aspectos estritamente romanos do texto em prol de uma visão mais aberta à realidade provincial, inclusive tornando menos específicas informações concernentes exclusivamente a Roma, enquanto tenta explicitar o que seria mais relevante para quem habita a província. Um exemplo disso aparece desde a abertura, nas frases suprimidas de sua “síntese introdutória”, onde o texto original faz uma referência ao fato de que “Augusto submeteu o mundo ao poder do povo romano” e que seus gastos foram feitos “pela República e pelo povo romano”. Essas supressões tentam escamotear a violência da submissão provincial e o privilégio econômico desfrutado por Roma em detrimento de todas as outras regiões sob o comando de Augusto. Há muitos outros exemplos de como a manipulação textual do tradutor não se deve à imperícia verbal, mas sim ao propósito de evitar os aspectos mais negativos do imperialismo de Roma sobre as províncias, exaltando e explicitando seus aspectos positivos. Esses exemplos incluem estratégias para indicar que o beneficiário de amplos empreendimentos de Augusto foi a “pátria” de modo geral (*patrís*) e não apenas a *res publica* (*Res Gestae* 2); para evitar a ideia de que povos estrangeiros sofreram consequências diferentes da vitória de Augusto (por meio da supressão do adjetivo *externas* para se referir às *gentes*) (*Res Gestae* 3.2); para especificar que certas benfeitorias de Augusto para Roma foram apenas para o povo romano e não para o *populum uniuersum* (*Res Gestae* 5); para se referir de modo genérico e pouco distintivo a grupos sociais especificamente de Roma (*populus*, 5.1; 14.1; *plebs*, 15.1; 15.4); para corrigir a afirmação de que certos conflitos de consequências generalizadas beneficiaram exclusivamente

⁷ Scheid (2007: XXX-XXXIV) reúne esses dados numa tabela baseada numa listagem anteriormente elaborada por Mommsen (1883: 195 ff.).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.

DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

Roma (*Res Gestae* 25). Na conclusão desse artigo, seu autor arremata com o seguinte:

Onde Augusto foi cuidadoso em apontar o valor de seus serviços para a República Romana, ou onde ele preservou formas republicanas e distinções precisas em sua linguagem, o tradutor mudou, negligenciou ou obscureceu a ênfase augustana, oferecendo uma aplicação geral e imperial para aquilo que Augusto tinha destacado como paroquial, romano e republicano. Através dessas mudanças, ele produziu uma imagem nova e não-augustana de Augusto e do Império. (King, 1952: 226).

Essa conclusão é instigante e já aponta para o aspecto com que as presentes considerações vão se encerrar, qual seja, a posteridade desse texto nos séculos seguintes. O uso das palavras de Augusto em cidades da Galácia aponta para a maleabilidade com que documentos e monumentos oficiais podem ser empregados conforme as especificidades do contexto e isso pode servir de lição para quem queira fixar um sentido único para as *Res Gestae*: na biografia de Augusto que Suetônio escreve há paralelos bastante próximos, indicando a possibilidade real de consultas diretas;⁸ pode ser que Tácito também tenha consultado o texto para escrever o início dos *Anais*; outros escritos biográficos imperiais parecem ter usado as *Res Gestae* como modelo.

Para além dessa posteridade na própria Antiguidade, cumpre ter em vista que a descoberta, publicação e estudo desse texto também tem uma história fascinante na Modernidade, desde sua descoberta em Ancara no ano de 1555, incluindo a *editio princeps* de Andreas Schott (1579), até suas apropriações por estudiosos interessados na afirmação de um Estado-Nação forte, a partir de um modelo baseado nas prerrogativas imperiais da Roma de Augusto: se isso já se encontra em jogo na obra de um estudioso fundamental para o processo de revalorização das *Res Gestae*, como é o caso de Mommsen (1887: XVI-XXXIII), a questão torna-se profundamente problemática nas leituras entusiasmadas de Weber (1936: 105), à luz da ascensão de Hitler nos primeiros anos do nazismo e do estabelecimento do III Reich.⁹ Após os horrores vividos pela Europa e pelo mundo ao longo da primeira metade do século XX, especialmente com os massacres engendrados durante a II Guerra Mundial, estudos dedicados a

⁸ Segundo Scheid (2007: LXIII): Suet. Aug. 43.1 = *Res Gestae* 22.2; Suet. Aug. 21.2 = *Res Gestae* 26.3; Suet. Aug. 22.1 = *Res Gestae* 13; Suet. Aug. 22 = *Res Gestae* 4.1; Suet. Aug. 52 = *Res Gestae* 24.2.

⁹ Em sua interpretação do texto, Weber afirma que reconhece aí a expressão da “pulsão de forças interiores e o reino da vontade” [*Auftrieb innerer Kräfte und Herrschaft des Willens*]. O vocabulário indica suas afinidades com a ideia de um “triunfo da vontade” e da representação moderna do homem de Estado excepcional como um grande artista (Scheid, 2007: XLVII).

Augusto e temas afins têm sido um pouco mais cautelosos na interpretação das representações legadas pelo Império Romano: isso aparece de forma ampla nos trabalhos que estudiosos de Harvard e Oxford dedicam a reinterpretar a *Eneida* de Virgílio, enfatizando as dubiedades de certas cenas, palavras e personagens para sugerir que haveria pessimismo e críticas veladas nas representações virgilianas do poder (Serpa, 1987: 76-88); outros esforços se voltam para uma apreciação crítica da representação de Otávio Augusto entre a poesia, a história e as artes plásticas (principalmente esculturas e moedas), como é o caso da obra aqui citada de Paulo Martins (2011); há ainda aqueles que denunciam as apropriações autoritárias que são feitas do legado imperial romano, especialmente de muito do que diz respeito ao período augustano, como é o caso do excelente estudo sobre o Regime de Vichy na França (1940-1944), da autoria de Gláydson José da Silva (2007).

Nenhuma dessas interpretações consegue esgotar a riqueza contida num texto — entre documental e monumental — tão complexo quanto o das *Res Gestae*, mas todas essas leituras podem nos ajudar a compreender melhor os meandros dos longos processos de criação, publicação e recepção dessa obra, em diferentes contextos históricos, assim como suas implicações para áreas como Letras Clássicas e História Antiga.

Referências

AUGUSTO. *Res Gestae Diui Augusti*: Feitos do divino Augusto. Trad. Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 117-38.

AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Texte établi et traduit par John Scheid. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

BOSWORTH, B. Augustus the *Res Gestae* and Hellenistic Theories of Apotheosis. *The Journal of Roman Studies*, vol. 89, 1999, p. 1-18.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*. Paris : Klincksieck, 1985.

GORDON, A. E. Notes on the *Res Gestae* of Augustus. *California Studies in Classical Antiquity*, vol. 1, 1968, p. 125-38.

KING, D. B. The Greek Translation of Augustus' *Res Gestae*. *Wisconsin Academy of Sciences, Arts and Letters*, vol. 41, 1952, p. 219-28.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 8, n. 1, 2023. p. 176-190.
DOI: 10.34024/herodoto.2023.v8.20018

KORNEMANN, E. Neues zum Monumentum Ancyranum. *Klio*, vol. 15, 1918, p. 214-5.

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MOMMSEN, T. Der Rechenschaftsbericht des Augustus (1887). In: MOMMSEN, T. *Gesammelte Schriften*. IV. Berlin: Weidmann, 1906, p. 247-58.

PRADO, J. B. T. É ver para (fazer) crer. In: MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 13-28.

RAMAGE, E. S. *The Nature and Purpose of Augustus' Res Gestae*. Stuttgart: F. Steiner Verlag Wiesbaden GmbH, 1987.

SCHEID, J. Introduction. In: AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Texte établi et traduit par John Scheid. Paris: Les Belles Lettres, 2007, p. VII-CXXXIX.

SERPA, F. *Il punto su Virgilio*. Bari: Laterza, 1987.

SILVA, G. J. *História Antiga e Usos do Passado: Um estudo de apropriações da Antiguidade*. São Paulo: Anna Blume, 2007.

SUETÔNIO. *Vita Diui Augusti: Vida do Divino Augusto*. Trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 9-115.

TURPIN, W. *Res Gestae* 34.1 and the Settlement of 27 B.C. *Classical Quarterly*, vol. 44, n. ii, 1994, p. 427-37.

WEBER, W. *Princeps*. Studien zur Geschichte des Augustus. I. Stuttgart, Berlin: W. Kohlhammer, 1936.